

Distrital nega quorum para votação do Fundo do Metrô

A sessão extraordinária da Câmara Legislativa em que seria votado o Fundo de Liquidez do Metrô foi suateada pela oposição e pelos deputados independentes. O projeto é de autoria do Executivo e, segundo a líder do Governo, Lúcia Carvalho, vai evitar que o GDF pague diariamente ao BNDES R\$ 165 mil por não ter dado continuidade ao contrato. O fundo vai servir como avalista do Governo, já que o BrB, atual avalista, foi questionado pela Justiça.

A saída de oito parlamentares do plenário, juntamente com o deputado João de Deus (PDT) e os independentes Adão Xavier (sem partido), Peniel Pacheco (sem partido), Renato Rainha (PL) e César Lacerda (PTB) causou irritação na bancada petista.

Lúcia Carvalho, ausente no início da sessão por ter ido ao Congresso Nacional acompanhar a sessão mista em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, chegou a tempo de fazer

um apelo aos oposicionistas que permanecessem em plenário. "Esse projeto já foi discutido entre os líderes e mostrado a todos nós pelo secretário de Obras, sabemos que sua aprovação é imprescindível para a continuidade do metrô", disse a deputada.

O líder do PMDB, Luiz Estevão, defendeu os membros de seu partido dizendo que oito não é número suficiente para atrapalhar o quórum de uma sessão que precisa de maioria simples dos parlamentares da casa. O deputado Peniel Pacheco assumiu posição contrária à votação do projeto e justificou sua ausência.

"Só votamos projetos de interesse do Governo quando há sessão extraordinária. Por quê? E ainda por cima, perdemos tempo fazendo só sessões comemorativas. O prazo para que se dê a urgência de votação desse projeto ainda não se esgotou", afirmou.

Como membro do PT, o presiden-

te da Casa, Geraldo Magela, subiu à tribuna para defender a votação do Fundo de Liquidez do Metrô atacando inclusive o deputado Renato Rainha, que teria acusado a presidência de não avisar sobre as sessões extraordinárias. "Isso não é verdade, porque a sessão extraordinária de terça-feira foi comunicada a todos e não há desculpa para a falta de quórum, a não ser a falta de colaboração de alguns deputados".

Odilon Aires (PMDB) acusou o Governo de inoperância: "Já são 400 dias de Governo e só agora ele envia esse projeto, e dizendo que sua aprovação é imprescindível para a continuidade das obras". Luiz Estevão também desmentiu a urgência da votação ao lembrar que, aprovado, o Fundo só será instituído em dezembro e que o novo avalista permite apenas mudar o perfil da dívida, não quitá-la.



Magela diz que ainda há tempo

Arquivo